

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O norte da província de Cabo Delgado, em Moçambique, tem sido fustigado por ataques de grupos insurgentes que têm provocado uma profunda instabilidade na região. Desde 2017 que existem atentados que instalam na região um verdadeiro clima de guerra civil, mostrando-se o governo moçambicano incapaz de controlar a situação. Nem mesmo a contração de forças mercenárias sul-africanas tem servido para controlar a situação que se agravou e intensificou nos últimos meses.

Os efeitos desta crise têm sido devastadores para as populações. Além das mortes violentas e do recrutamento forçado de jovens, os ataques já provocaram a deslocação de mais de 700 mil pessoas em direção à capital da província, Pemba, das quais, estima-se que 300 mil sejam crianças.

A situação que se vive em Cabo Delgado tem sido noticiada em todo o mundo e as organizações não governamentais no terreno têm denunciado o desastre humanitário que está a ocorrer. Além da insegurança das populações que são forçadas a deslocarem-se, nos acampamentos em redor da capital tudo falta: água, alimentos, medicamentos, escolas, abrigos contra as intempéries. A fome poderá vir a ser sentida por mais de um milhão de pessoas, pois afeta também as comunidades que recebem as pessoas deslocadas. A ajuda internacional tem chegado à região, mas reina a total descoordenação. Ninguém sabe quem distribui nem quem recebe e o mercado negro floresce. Todo este cenário desenrola-se há demasiado tempo sem que a comunidade internacional tenha sido capaz de estruturar uma resposta humanitária e no sentido de salvar a vida das pessoas.

Recentemente a Amnistia Internacional publicou um relatório extenso que dá conta das violações graves dos Direitos Humanos na região. A organização não-governamental Safe The Children também publicou um outro relatório onde relata a extrema violência a que estão sujeitas as pessoas que ainda não conseguiram fugir, sobretudo as crianças e jovens, assassinados por decapitação. Segundo o relatório, a violência extrema afeta cerca de metade das pessoas com menos de 18 anos, que presenciam a violência e também porque são o seu

alvo quando recusam o recrutamento. A organização alerta para o menosprezo internacional a que tem sido votada a crise humanitária em Cabo Delgado e que a ajuda é urgente. Chama a atenção para o desrespeito das leis humanitárias internacionais e de direitos humanos que afetam sobretudo as crianças.

Ainda assim, os trabalhos no megaprojeto de gás na região com as maiores jazidas do mundo continuam, foi criado um perímetro de segurança, cada vez mais difícil de manter, mas prevê-se que a exploração se inicie em 2024 sem que a crise humanitária afete o andamento do processo de extração.

Portugal, enquanto parceiro de Moçambique na CPLP, e estando agora na presidência do Conselho da União Europeia, tem uma responsabilidade acrescida para relevar a importância de uma ação concertada a nível internacional para abordar estes e outros problemas que têm proliferado em solo moçambicano.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao governo, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Considera o governo português urgente o auxílio humanitário a Moçambique, tendo a conta a informação disponível?
2. No âmbito das relações bilaterais, está o governo português disponível para colaborar com o governo moçambicano na coordenação da ajuda humanitária na região de Cabo Delgado? Se sim, de que modo tenciona agilizar o processo? Quando prevê o início da ajuda?
3. No âmbito das relações multilaterais e na qualidade de Presidente do Conselho da União Europeia, que diligências está o governo português a encetar para colaborar com o governo moçambicano na resolução do conflito?
4. Está o governo português disponível para co-coordenar e colocar no terreno a ajuda humanitária que tão necessária é? Se sim, para quando está prevista uma intervenção humanitária internacional?

Palácio de São Bento, 18 de março de 2021

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)